



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GMAC S.A.

Demonstrações Financeiras

2016



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	9
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	13
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	14
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	14
8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS	17
9. OUTROS VALORES E BENS	18
10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS	18
11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	19
12. CAPTAÇÕES.....	19
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	20
14. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS	23
15. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	23
16. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS	24
17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	25
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
19. RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	26
20. DESPESAS DE PESSOAL	26
21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	26
22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	27
23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	27
24. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS	27
25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	27
26. PARTES RELACIONADAS	28
27. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	29
28. ÍNDICE DA BASILÉIA	30
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	31
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	33



BANCO GMAC S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Avaliação do Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$9.140 milhões (2015 - R\$11.585 milhões). O Patrimônio Líquido atingiu R\$1.777 milhões (2015 - R\$1.664 milhões) e R\$12.033 milhões de Ativos (2015 - R\$14.183 milhões). O índice de Basiléia em 31 de dezembro de 2016 foi de 16,36% (2015 - 12,68%).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit, o Banco GMAC S.A. possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos no que se refere a:

- Riscos de Crédito, busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito;
- Riscos de Mercado, em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco;
- Riscos Operacionais, em função da avaliação de novos produtos e operações, monitoramento contínuo de processos, definição de indicadores de riscos e mensuração quantitativa de perdas operacionais; e
- Riscos de Liquidez, visa o acompanhamento e controle diário dos recursos disponíveis, seu descasamento de fluxos de ativos e passivos, e a capacidade da instituição de honrar suas obrigações.

A estrutura de gerenciamento dos riscos encontra-se disponível em nosso portal www.chevroletf.com.br, e é distribuído ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional.

São Paulo, 22 de março de 2017.

A Administração



BANCO GMAC S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		6.791.525	8.036.018
Disponibilidades	4	46.016	56.157
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	563.795	608.298
Aplicações no mercado aberto		563.795	608.298
Operações de crédito	7	5.673.513	6.831.908
Operações de crédito - setor privado		3.637.189	4.417.989
Operações de crédito - vinculadas a cessão		2.198.870	2.577.109
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(162.546)	(163.190)
Operações de arrendamento mercantil		(94)	(182)
Operações de arrendamento a receber - setor privado		3.921	564
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(3.919)	(510)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(96)	(236)
Outros créditos		466.778	460.941
Diversos	8	466.777	460.927
Rendas a receber		1	14
Outros valores e bens		41.517	78.896
Bens não de uso próprio	9a	5.382	4.000
Despesas antecipadas	9b	36.135	74.896
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.759.222	6.010.950
Títulos e Valores Mobiliários	5b	215.319	184.563
Carteira própria		215.319	184.563
Operações de crédito	7	3.201.339	4.491.022
Operações de crédito - setor privado		2.112.192	3.050.043
Operações de crédito - vinculadas a cessão		1.183.541	1.538.394
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(94.394)	(97.415)
Operações de arrendamento mercantil		(145)	(9)
Operações de arrendamento a receber - setor privado		5.903	28
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(5.902)	(25)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(146)	(12)
Outros créditos		1.290.184	1.254.236
Diversos	8	1.290.184	1.254.236
Outros valores e bens		52.525	81.138
Despesas antecipadas	9b	52.525	81.138
PERMANENTE		482.257	135.882
Investimentos		462.580	100.549
Participações em controladas no país	10	462.580	100.549
Imobilizado de uso		11.255	10.050
Outras imobilizações de uso		17.723	15.258
(-) Depreciações acumuladas		(6.468)	(5.208)
Imobilizado de arrendamento	11	8.422	25.283
Bens arrendados		8.346	23.958
Superveniência de depreciação		833	24.195
(-) Depreciações acumuladas		(757)	(22.870)
TOTAL DO ATIVO		12.033.004	14.182.850



BANCO GMAC S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		5.458.332	7.535.244
Depósitos	12	1.979.329	3.574.988
Depósitos interfinanceiros		1.305.669	2.407.578
Depósitos a prazo		673.660	1.167.410
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	12	1.373.802	936.258
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		1.373.802	936.258
Outras obrigações		2.105.201	3.023.998
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.161	10.437
Sociais e estatutárias		-	7.310
Fiscais e previdenciárias	15	196.544	204.142
Diversas	14	1.900.496	2.802.109
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.509.755	4.542.410
Depósitos	12	1.210.143	1.006.315
Depósitos interfinanceiros		705.378	709.535
Depósitos a prazo		504.765	296.780
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	12	708.337	1.247.670
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		708.337	1.247.670
Outras obrigações		2.591.275	2.288.425
Fiscais e previdenciárias	15	758.102	677.034
Diversas	14	1.833.173	1.611.391
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		287.546	441.163
Resultado de exercícios futuros	17	287.546	441.163
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.777.371	1.664.033
Capital	18	1.585.711	1.454.438
De domiciliados no país		1.585.711	1.454.438
Reserva de lucros	18	191.660	209.595
TOTAL DO PASSIVO		12.033.004	14.182.850



BANCO GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre	2016	2015
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.046.675	2.177.998	2.427.930
Operações de crédito	19	990.883	2.037.838	2.221.177
Operações de arrendamento mercantil		3.997	40.110	137.012
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	51.795	100.050	69.741
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(759.421)	(1.584.035)	(1.807.677)
Operações de captações no mercado	12a	(388.572)	(828.295)	(804.508)
Operações de arrendamento mercantil		(3.283)	(38.809)	(133.224)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros	7j	(245.307)	(487.777)	(643.642)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7g	(122.259)	(229.154)	(226.303)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		287.254	593.963	620.253
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(156.675)	(321.607)	(381.061)
Receitas de prestação de serviços		29.764	57.524	35.840
Rendas de tarifas bancárias	24	37.210	75.980	102.201
Despesas de Pessoal	20	(56.545)	(107.303)	(6.627)
Outras despesas administrativas	21	(160.668)	(328.238)	(468.203)
Despesas tributárias	25	(24.213)	(48.344)	(52.023)
Resultado de equivalência patrimonial	10	35.390	62.026	55.328
Outras receitas operacionais	22	51.491	108.890	80.767
Outras despesas operacionais	23	(69.104)	(142.142)	(128.344)
RESULTADO OPERACIONAL		130.579	272.356	239.192
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.606	2.329	1.716
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		132.185	274.685	240.908
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		7.850	(39.040)	(1.207)
Provisão para imposto de renda corrente	13b	(2.238)	(25.557)	(22.532)
Provisão para contribuição social corrente	13b	(1.128)	(18.097)	(765)
Ativo fiscal diferido	13b	11.216	4.614	22.090
Participações estatutárias no lucro		(12.645)	(20.307)	(1.097)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		127.390	215.338	238.604
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		111,61	188,66	209,04
Total de ações - 1.141.400.925				



BANCO GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Total
		Aumento de Capital	Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.383.957	-	66.392	68.080	-	1.518.429
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 09/06/2015	70.481	-	-	-	(70.481)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	238.604	238.604
Destinação do lucro:						
Reservas de lucro	-	-	-	63.193	(63.193)	-
Reserva legal	-	-	11.930	-	(11.930)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(93.000)	(93.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.454.438	-	78.322	131.273	-	1.664.033
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.454.438	-	78.322	131.273	-	1.664.033
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 12 de julho de 2016	131.273	-	-	(131.273)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	215.338	215.338
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	10.767	-	(10.767)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(102.000)	(102.000)
Reserva de Lucros a ser destinada em Assembleia Geral Ordinária (nota 18 c)	-	-	-	102.571	(102.571)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.585.711	-	89.089	102.571	-	1.777.371
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	1.454.438	131.273	78.322	87.948	-	1.751.981
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 12 de julho de 2016	131.273	(131.273)	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	127.390	127.390
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	10.767	-	(10.767)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(102.000)	(102.000)
Reserva de Lucros a ser destinada em Assembleia Geral Ordinária (nota 18 c)	-	-	-	14.623	(14.623)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.585.711	-	89.089	102.571	-	1.777.371



BANCO GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2º Semestre	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido Ajustado		24.899	65.388	124.487
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		127.390	215.338	238.604
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso		1.333	2.648	2.066
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		324	881	17.067
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	3f	2.959	37.927	116.155
Outras despesas de arrendamento		-	1	2
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso		(34)	(111)	(377)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(35.389)	(62.026)	(55.328)
Resultado na alienação de Bens Não de Uso - BNDU		(1.470)	(2.245)	(1.280)
Provisão para operações de crédito e de arrendamento de liquidação duvidosa	7g	122.259	229.154	226.303
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia e Impostos a Compensar	22	(34.690)	(76.670)	(65.678)
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	16b	38.514	80.802	80.462
Resultados de Exercícios Futuros	17	(188.447)	(399.351)	(434.716)
Ativo Fiscal Diferido	13b	(11.216)	(4.614)	(22.090)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	13b	3.366	43.654	23.297
Varição de Ativos e Obrigações		287.440	293.023	24.837
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		(18.527)	(30.756)	47.713
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		427.708	2.221.913	684.656
(Aumento) Redução em Outros Créditos		52.388	89.159	224.200
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		26.152	67.374	61.147
(Aumento) Redução em Bens não de Uso		7.026	863	334
Aumento (Redução) em Depósitos		(42.620)	(1.391.831)	(9.360)
Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		(252.849)	(101.789)	841.148
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		12.435	(736.036)	(2.184.116)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		100.729	245.734	410.855
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		(8.482)	(21.948)	4.066
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(16.520)	(49.660)	(55.806)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		312.339	358.411	149.324
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(Aumento) Redução de Capital em Investimentos	10	-	(300.000)	100.000
Alienação de Imobilizado de Uso		766	1.538	2.504
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.568)	(5.283)	(7.251)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		(2.802)	(303.745)	95.253
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(102.000)	(109.310)	(84.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(102.000)	(109.310)	(84.400)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		207.537	(54.644)	160.177
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		402.274	664.455	504.278
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		609.811	609.811	664.455



BANCO GMAC S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GMAC S.A. ("Banco") é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GMAC, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

Em 30 de novembro de 2015, a General Motors Holdings Participações Ltda., controladora do Banco, foi incorporada pela General Motors Investment Participações Ltda., assumindo o controle do mesmo.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em observância às normas estabelecidas pelo BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional, consubstanciado no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 22 de março de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata temporis" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b) Ativo circulante e realizável em longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas, de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a balancear", ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor



adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.



d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, insuficiência de depreciação no montante de R\$37.927, (R\$116.155 em 2015), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava superveniência de depreciação para o exercício de 2016 de R\$833, (R\$24.195 em 2015), classificada no imobilizado de arrendamento (nota 11), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.
- O ativo intangível é constituído por gastos com a aquisição de desenvolvimentos logísticos, e sua amortização é efetuada pelo prazo de vida útil estimado.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC – 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

h) Passivo circulante e exigível em longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “pro rata temporis” e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.



- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano (R\$120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% (após o aumento de 5% mencionado abaixo) sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

Frisamos que a lei 13.169/2015 (conversão da MP 675/15) impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018. Dessa forma, com base em nosso estudo técnico de realização dos créditos tributários, efetuamos o incremento de 5% sobre o crédito tributário calculado sobre as bases temporárias projetadas como dedução na base de cálculo da contribuição social até dezembro de 2018.

k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.



m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes e (v) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilidades	46.016	56.157
Aplicações em operações Compromissadas – LFT, LTN e NTN (nota 5a)	<u>563.795</u>	<u>608.298</u>
Total	<u>609.811</u>	<u>664.455</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

- a) As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2016, apresentavam montantes de R\$563.795, (R\$608.298 em 2015), com vencimento em até três meses, e que estavam representadas por operações compromissadas pré-fixadas, lastreadas substancialmente em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) em 2016 e Notas do Tesouro Nacional (NTN) em 2015. No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$69.293 (R\$50.933 em 2015).

<u>Aplicação Interfinanceira de Liquidez</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações de Mercado Aberto – LFT (nota 4)	519.995	-
Aplicações de Mercado Aberto – NTN (nota 4)	-	479.998
Aplicações de Mercado Aberto – LTN (nota 4)	<u>43.800</u>	<u>128.300</u>
Total	<u>563.795</u>	<u>608.298</u>

- b) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”) – Banco GMAC Financiamento a Concessionários, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$215.319 (R\$184.563 em 2015). No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$30.757 (R\$18.808 em 2015).

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (i)	<u>215.319</u>	<u>184.563</u>
Total	<u>215.319</u>	<u>184.563</u>

- (i) Representado por aplicação em cotas do FIDC classificadas como mantidas até o vencimento, equivalente ao prazo de duração do Fundo previsto no seu regulamento.

O Fundo, administrado pela Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Crédito Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.



BANCO GMAC S.A.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 5,75% a.a. para cotas mezanino e à taxa DI mais 3% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que desconta-se a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

No quadro a seguir, estão demonstradas as relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	<u>% em relação ao patrimônio líquido (a)</u>
Cotas seniores	Máximo de 70%
Cotas subordinadas	Mínimo de 30%

- a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 30% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

- a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

<u>Operações de Crédito</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Financiamentos	5.749.381	7.468.032
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	3.382.411	4.115.503
Operações de arrendamento mercantil (nota 7b)	7.732	1.628
Total	<u>9.139.524</u>	<u>11.585.163</u>



b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

	2016	2015
Operações de Arrendamento		
Arrendamentos a receber	9.824	592
Rendas a apropriar	(9.821)	(535)
Valores residuais a apropriar	147	1.118
Valores residuais a balancear	(147)	(1.118)
Imobilizado de arrendamento (nota 11)	8.422	25.283
Valor residual antecipado (nota 14)	(693)	(23.712)
Valor presente dos contratos (nota 7a)	<u>7.732</u>	<u>1.628</u>

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

	2016		2015	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado				
Pessoa física	7.134.028	78,0%	9.243.853	79,8%
Outros Serviços	270.741	3,0%	1.737.047	15,0%
Comércio	1.729.075	18,9%	591.034	5,1%
Indústria	5.680	0,1%	13.229	0,1%
Total	<u>9.139.524</u>	<u>100,0%</u>	<u>11.585.163</u>	<u>100,0%</u>

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2016		2015	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas:				
Até 60 dias	84.108	0,9%	82.407	0,7%
De 61 a 180 dias	36.399	0,4%	32.524	0,3%
De 181 a 360 dias	17.099	0,2%	14.062	0,1%
	<u>137.606</u>	<u>1,5%</u>	<u>128.993</u>	<u>1,1%</u>
Parcelas a vencer:				
Até 180 dias	3.891.462	42,6%	4.669.093	40,3%
De 181 a 360 dias	1.810.077	19,8%	2.198.564	19,0%
Acima de 360 dias	3.300.379	36,1%	4.588.513	39,6%
	<u>9.001.918</u>	<u>98,5%</u>	<u>11.456.170</u>	<u>98,9%</u>
Total	<u>9.139.524</u>	<u>100,0%</u>	<u>11.585.163</u>	<u>100,0%</u>

e) Concentração do risco de crédito

	2016		2015	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
10 maiores devedores	351.488	3,8%	409.152	3,5%
50 devedores seguintes	618.354	6,8%	763.808	6,6%
100 devedores seguintes	547.249	6,0%	636.011	5,5%
Demais devedores	7.622.433	83,4%	9.776.192	84,4%
Total	<u>9.139.524</u>	<u>100,0%</u>	<u>11.585.163</u>	<u>100,0%</u>

f) Composição da carteira por indexadores

	2016		2015	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pré-fixado	7.590.032	83,0%	9.597.492	82,8%
Pós-fixado	1.549.492	17,0%	1.987.671	17,2%
Total	<u>9.139.524</u>	<u>100,0%</u>	<u>11.585.163</u>	<u>100,0%</u>



g) Movimentação da provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Contratos em carteira	Contratos em carteira cedidos até 31/12/2011	Contratos em carteira cedidos após 01/01/2012	Total
Saldo no início do exercício	234.817	188	26.036	261.041
Constituição/(Reversão) de provisões	233.501	(188)	(4.159)	229.154
Baixas	(233.013)	-	-	(233.013)
Saldo no fim do exercício	235.305	-	21.877	257.182

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de risco	Taxa de provisão %	2016		2015	
		Total de operações	Provisão constituída	Total de operações	Provisão constituída
AA	-	171.986	-	3.829	-
A	0,5%	7.171.891	35.860	9.618.225	48.091
B	1,0%	594.346	5.943	770.727	7.707
C	3,0%	888.379	26.651	860.546	25.817
D	10,0%	75.136	7.514	95.103	9.510
E	30,0%	38.619	11.586	48.791	14.637
F	50,0%	41.823	20.912	50.214	25.107
G	70,0%	28.759	20.131	25.813	18.069
H	100,0%	128.585	128.585	111.915	111.915
Total		9.139.524	257.182	11.585.163	260.853

i) Durante o exercício foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$60.662 (R\$55.141 em 2015), contido na linha Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 31 de dezembro de 2016, existiam contratos renegociados no montante de R\$12.857 (R\$28.262 em 2015).

j) Cessão de crédito

A partir de 1º de janeiro de 2012, o Banco, em atendimento aos requerimentos para classificação e registro contábil das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/08, passou a classificar as cessões de crédito observando os critérios descritos na nota 3b.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R\$2.972.086 (R\$2.934.295 em 2015), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R\$72.107 (R\$65.394 em 2015).

O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 31 de dezembro de 2016, com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados na rubrica de “Operações de crédito”, totalizam R\$504.956 (R\$561.974 em 2015), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de “Outras obrigações – Diversas – Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros” (nota 14) no montante de R\$496.575 (R\$550.999 em 2015). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa para estas cessões no montante de R\$4.936 (R\$6.323 em 2015) registrado na rubrica “provisão para créditos de liquidação duvidosa”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de



R\$1.924.167 (R\$1.417.600 em 2015), tendo apropriado despesas no montante de R\$415.670 (R\$578.248 em 2015). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2020.

Do valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de “Operações de crédito”, em 31 de dezembro de 2016, consta o montante de R\$2.877.455 (R\$3.553.529 em 2015), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de “Outras obrigações – Diversas – Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros” (nota 14) no montante de R\$3.035.969 (R\$3.678.328 em 2015). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$16.941 (R\$19.713 em 2015) registrada na rubrica “provisão para créditos de liquidação duvidosa”.

k) Composição da PCLD – Carteira Cedida

		Contratos cedidos após 01/01/2012	
Nível de risco	Taxa de provisão %	Total de operações	Provisão constituída
AA	-	22.315	-
A	0,5%	3.037.068	15.185
B	1,0%	172.753	1.728
C	3,0%	147.399	4.422
D	10,0%	2.489	249
E	30,0%	111	33
F	50,0%	30	15
G	70,0%	3	2
H	100,0%	243	243
Total		3.382.411	21.877

8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	2016	2015
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 13c)	750.784	731.006
Depósitos judiciais (nota 16b) (i)	914.588	851.643
Devedores diversos - país (ii)	25.858	24.261
Impostos a recuperar (iii)	10.289	34.846
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 26e) (iv)	54.358	71.705
Adiantamentos e antecipações salariais	798	-
Outros	286	1.702
Total	1.756.961	1.715.163
Ativo circulante	466.777	460.927
Realizável em longo prazo	1.290.184	1.254.236

- (i) Refere-se principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias” (nota 15) e “Provisão para riscos e obrigações legais” (nota 16). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 22 e 23, respectivamente).



BANCO GMAC S.A.

- (ii) Representados principalmente por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, “Floor Plan” e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$19.853 (R\$21.783 em 2015). Refere-se também a valores de IPVA devidos pelos arrendatários, cobrados do Banco pelos Estados onde estes veículos estão registrados no montante de R\$1.079 (R\$1.415 em 2015) líquido de provisão para perda, que o Banco cobrará posteriormente dos respectivos arrendatários.
- (iii) Refere-se à antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$10.289 (R\$34.846 em 2015).
- (iv) Refere-se principalmente a valor a receber de financiamento da modalidade de “Floor Plan” e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$30.926 (R\$60.576 em 2015). Adicionalmente, estão registrados a valores a receber de ligadas despesas com pessoal no valor de R\$23.344 (R\$9.209 em 2015)

9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o saldo de Bens não de Uso totalizava R\$5.382 (R\$ 4.000 em 2015).

b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em “Outros valores e bens” referem-se às comissões de originação de operações de crédito pagas aos correspondentes no País. Destaca-se que as comissões originadas, a partir de 2015, estão em conformidade com a Resolução BACEN 4.294/14, que estabeleceu que as comissões pagas aos correspondentes em decorrência da originação de novas operações de crédito devem ser reconhecidas integralmente quando da originação da operação, bem como ficam limitadas aos percentuais máximos de 6% do valor da nova operação originada e 3% do valor da operação objeto de portabilidade, e em conformidade com a Circular BACEN nº 3.738/14, que estabelece os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País, facultando a aplicação escalonada da apropriação contábil, opção adotada pelo Banco. A apropriação das comissões é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de despesas antecipadas montava R\$88.660 (R\$156.034 em 2015), e foram apropriadas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 despesas no montante de R\$147.599 (R\$188.607 em 2015), na rubrica “Outras Despesas Administrativas” (nota 21).

10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2016		2015	
	GMAC Adm de Consórcios LTDA	GMACI Corretora de Seguros LTDA	GMAC Adm de Consórcios LTDA	GMACI Corretora de Seguros LTDA
Dados da controlada:				
Patrimônio Líquido no final do exercício antes da apuração do resultado	62.964	37.594	33.199	12.027
Lucro (prejuízo) do exercício	39.526	22.503	29.766	25.567
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos:				
No início do exercício	62.964	37.590	33.196	112.025
Pagamento de dividendos	-	-	-	(100.000)
Aumento de Capital	300.000	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>39.526</u>	<u>22.500</u>	<u>29.763</u>	<u>25.565</u>
No final do exercício	<u>402.490</u>	<u>60.090</u>	<u>62.959</u>	<u>37.590</u>



BANCO GMAC S.A.

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa de depreciação (i)	2016	2015
Veículos	20,00% a.a.	8.346	23.907
Perdas em Arrendamento a amortizar		-	51
Total de bens arrendados		8.346	23.958
Superveniência de depreciação (nota 3f)		833	24.195
Depreciação acumulada		<u>(757)</u>	<u>(22.870)</u>
Imobilizado de arrendamento (nota 7b)		<u>8.422</u>	<u>25.283</u>

(i) Taxas de depreciação conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 140/84

12. CAPTAÇÕES

	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	2.011.047	3.117.113
Depósitos a prazo	1.178.425	1.464.190
Letras financeiras	<u>2.082.139</u>	<u>2.183.928</u>
Total	<u>5.271.611</u>	<u>6.765.231</u>
Passivo circulante	<u>3.353.131</u>	<u>4.511.246</u>
Exigível em longo prazo	1.918.480	2.253.985

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letras Financeiras com vencimentos até maio de 2020, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 11,1% e 16,7% ao ano no montante de R\$1.920.671 (R\$637.874 em 2015) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do CDI ou da SELIC no montante de R\$3.350.940 (R\$6.127.357 em 2015).

a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2º Semestre	2016	2015
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	142.295	327.627	403.462
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	74.946	160.753	178.066
Letras financeiras	170.526	337.856	218.826
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	805	2.059	4.154
Total	<u>388.572</u>	<u>828.295</u>	<u>804.508</u>



13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação	274.685	274.685	240.908	240.908
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Despesa de acordo com as alíquotas	(68.671)	(54.937)	(60.227)	(48.182)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações no lucro e resultado	5.077	4.061	274	219
Juros sobre capital próprio	25.500	20.400	23.750	18.600
Resultado de equivalência patrimonial	15.506	12.406	13.832	11.066
Outras adições/exclusões permanentes	135	114	(746)	(592)
Total IR e CS sobre despesas permanentes	46.218	36.981	36.610	29.293
Incentivos Fiscais (i)	1.345	-	824	-
Ajuste de imposto corrente exercício anterior (ii)	-	-	1.650	2.032
Ajuste de imposto diferido exercício anterior (iii)	-	-	2.644	1.587
Ajuste prejuízo fiscal (iv)	-	-	1.053	-
Ajuste da majoração de 5% da CSLL (vide explicação nota 3, subitem j)	-	-	-	31.485
Adicional do imposto de renda	24	-	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(21.084)	(17.956)	(17.422)	16.215
	(39.040)		(1.207)	

- I. Do total dos incentivos fiscais, R\$ 646 refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado no RIR/99 em seus artigos 581 a 589, R\$ 380 (R\$ 350 em 2015) refere-se a doações a projetos culturais, conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, artigo 18º), R\$ 95 (R\$ 114 em 2015) refere-se a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006, artigo 3º), R\$ 95 (R\$ 90 em 2015) refere-se a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95, artigo 1º), R\$ 95 (R\$ 90 em 2015) refere-se a doações ao fundo do Idoso (Lei 9.250/95 Art. 1º), R\$ 0 (R\$ 90 em 2015) refere-se a doações ao PRONAS (Lei 12.715/2012, artigo 6º), R\$ 0 (R\$ 90 em 2015) refere-se a doações ao PRONAC (Lei 12.715/2012, artigo 1º ao 4º) e R\$ 34 refere-se ao incentivo do Vale Cultura (Lei 12.761/2012, artigo 10º).
- II. O ajuste refere-se ao efeito do recálculo da base de IRPJ e CSLL de 2014, na apuração do imposto corrente. Deve-se substancialmente aos efeitos descritos no item (iv), bem como dedução indevida de incentivos fiscais (cerca de R\$700) e glosa por parte da autoridade fiscal, da dedutibilidade de algumas despesas de marketing (cerca de R\$ 500), conforme auto de infração 08.1.66.00-2011-00476-6.
- III. O ajuste refere-se ao efeito do recálculo da base de IRPJ e CSLL de 2014, no estoque de crédito tributário de diferenças temporárias de PCLD. O montante deduzido no ano anterior é de R\$10.577, produzindo com isso uma compensação indevida de adições temporárias de PCLD no montante de R\$4.231 (IRPJ e CSLL). O ajuste efetuado em 2015, visa retificar os respectivos impactos na base de apuração do imposto corrente, bem como no imposto diferido referente às diferenças temporárias de PCLD.
- IV. O ajuste refere-se ao efeito do recálculo da base de IRPJ de 2014, no estoque de crédito tributário de prejuízo fiscal. O efeito líquido de base não deduzido no ano anterior é de R\$14.044, produzindo com isso uma compensação de prejuízo fiscal maior no montante de R\$1.053. O ajuste efetuado em 2015, visa retificar os respectivos impactos na base de apuração, imposto pago e no estoque de prejuízo fiscal.



b) Composição do “Resultado de imposto de renda e contribuição social”

	2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS correntes devidos no exercício	(25.557)	(18.097)	(22.532)	(765)
Constituição / realização de impostos diferidos:	4.474	140	5.110	16.980
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(11.541)	(5.938)	(9.674)	286
Provisão para operação de crédito	7.852	6.280	(12.958)	12.416
Provisões para riscos fiscais	13.030	10.424	(5.689)	1.537
Outras Adições Temporárias	3.631	2.908	1.851	5.499
Correção de Depósitos Judiciais	(16.915)	(13.533)	2.486	(2.758)
Superveniência de Depreciação	8.416	-	29.094	-
Total	(21.084)	(17.956)	(17.422)	16.215
	(39.040)		(1.207)	

c) Origem dos créditos tributários de imposto renda e contribuição social em 31 de dezembro:

	2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízos fiscais e Bases Negativas	175.639	-	194.048	5.938
Diferenças temporárias:				
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	125.130	96.838	117.278	90.558
Provisão para riscos fiscais	180.129	115.733	167.099	105.309
Outras Adições Temporárias (i)	32.466	24.849	28.834	21.942
Total de créditos tributários IRPJ e CSLL	513.364	237.420	507.259	223.747
Total de créditos tributários	750.784		731.006	
Ativo circulante		175.527		166.782
Realizável em longo prazo		575.257		564.224

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos para fornecedores.



- d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro:

Ano	IR		CS	Valor Contábil	Valor Presente
	Adições	Prejuízo	Adições	Total	Total
	Temporárias	Fiscal	Temporárias		
2017	97.354	-	78.173	175.527	158.618
2018	39.878	-	31.903	71.781	59.065
2019	191.088	110.579	120.848	422.515	319.398
2020	2.793	8.902	1.477	13.172	9.070
2021	2.354	9.277	1.214	12.845	8.014
2022	2.029	9.638	1.019	12.686	7.153
2023	2.229	9.840	1.138	13.207	6.728
2024	-	10.111	882	10.993	5.056
2025	-	10.411	406	10.817	4.493
2026	-	6.881	360	7.241	2.682
Total	337.725	175.639	237.420	750.784	580.277

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$580.277 (R\$436.685 em 2015), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de *impairment* tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

- e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

<u>Créditos tributários:</u>	31/12/2015	Constituições (Realizações) Líquidas	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos fiscais	272.408	23.454	295.862
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos baixados	207.836	14.132	221.968
Outras adições temporárias	50.776	6.539	57.315
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	531.020	44.125	575.145
Créditos de Prejuízo Fiscal (i)	194.048	(18.409)	175.639
Créditos de Base Negativa de Contribuição Social	5.938	(5.938)	-
Total de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	199.986	(24.347)	175.639
Total de créditos Tributários	731.006	19.778	750.784
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência (nota 15)	(8.420)	8.416	(4)
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais (nota 15)	(133.221)	(30.448)	(163.669)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	(141.641)	(22.032)	(163.673)
Líquido	589.365	(2.254)	587.111



BANCO GMAC S.A.

- (i) Em abril de 2016, houve uma baixa no crédito tributário de prejuízo fiscal no valor de R\$ 6.868 em virtude de sua utilização para pagamento de valores envolvidos em processo incluso na anistia da Lei 11.941/09.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	2016	2015
Provisão para riscos cíveis (nota 16)	43.243	42.623
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16)	30.870	38.355
Credores por antecipação de valor residual (nota 7b)	693	23.712
Credores diversos - país (i)	13.911	36.795
Valores a pagar de despesas com pessoal	28.051	22.357
Valores a pagar de sociedades ligadas (nota 26e) (iii)	65.217	-
Valores a pagar a fornecedores diversos	19.140	16.951
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos de crédito (nota 7j) (ii)	3.532.544	4.229.327
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	188
Outros	-	3.192
Total	3.733.669	4.413.500
Passivo circulante	<u>1.900.496</u>	<u>2.802.109</u>
Exigível a longo prazo	<u>1.833.173</u>	<u>1.611.391</u>

- (i) Refere-se substancialmente à efetivação das operações e recebimento de clientes da modalidade denominada “CDC” em processo de identificação, no montante de R\$6.452 (R\$14.336 em 2015). Adicionalmente, o montante de R\$11.487 em 2015 refere-se a financiamentos da modalidade denominada “Floor Plan”, os quais são pagos à General Motors do Brasil - GMB no primeiro dia útil subsequente à efetivação das operações (nota 26e), vale ressaltar que o montante de R\$15.342 em 2016 foi alocado na linha valores a pagar de sociedades ligadas para melhor demonstração.
- (ii) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R\$3.035.969 (R\$3.678.328 em 2015) e FIDC no montante R\$496.575 (R\$550.999 em 2015), conforme nota 7j.
- (iii) Refere-se a financiamentos da modalidade denominada “Floor Plan” para peças, os quais são pagos à General Motors do Brasil - GMB no primeiro dia útil subsequente à efetivação das operações no montante de R\$ 15.342. Adicionalmente o montante de R\$ 49.875 refere-se a financiamentos da modalidade denominada “Floor Plan” para veículos novos, os quais são pagos à General Motors do Brasil - GMB no primeiro dia útil subsequente à efetivação das operações.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2016	2015
Outros impostos indiretos a pagar (i)	12.233	12.943
Provisão para imposto sobre o lucro – corrente – IRPJ e CSLL	-	-
Provisão para imposto de renda diferido sobre Superveniência (nota 13e)	4	8.420
Provisão para impostos diferidos sobre atualização de depósitos judiciais (nota 13e)	163.669	133.221
Provisões para riscos e obrigações legais (nota 16a)	<u>778.740</u>	<u>726.592</u>
Total de outras obrigações fiscais e previdenciárias	954.646	881.176
Passivo circulante	<u>196.544</u>	<u>204.142</u>
Exigível a longo prazo	<u>758.102</u>	<u>677.034</u>

- (i) Referem-se substancialmente à provisão a recolher de IPVA R\$2.839 (R\$3.131 em 2015) e ISS, IR, PIS e COFINS a recolher R\$4.578 (R\$4.751 em 2015).



16. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	2016	2015
Contribuição social - CSLL	195.238	195.536
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	399.994	365.178
Imposto de renda - IRPJ	42.227	35.199
Programa de Integração Social - PIS	126.021	116.208
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	14.794	14.041
Outros	466	430
Total de provisão para risco e obrigações legais (nota 15)	<u>778.740</u>	<u>726.592</u>
Provisão para Riscos:		
Provisões para riscos cíveis (nota 14)	43.243	42.623
Provisões para riscos trabalhistas (nota 14)	<u>30.870</u>	<u>38.355</u>
Total de provisões e obrigações legais	<u>852.853</u>	<u>807.570</u>

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	726.592	38.355	42.623	807.570
Constituições (Reversões) Líquidas do exercício	59.001	1.782	20.019	80.802
Valores pagos no exercício	(6.853)	(9.267)	(19.399)	(35.519)
Saldo no final do exercício	<u>778.740</u>	<u>30.870</u>	<u>43.243</u>	<u>852.853</u>
Total dos depósitos em garantia (nota 8)	<u>881.341</u>	<u>12.971</u>	<u>20.276</u>	<u>914.588</u>

Obrigações Legais

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.



c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

Causas Possíveis	2016		2015	
	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)
Cíveis	1.351	12.214	1.295	14.682
Trabalhistas	28	17.051	28	14.460
Fiscais	298	54.898	277	59.901
Total	<u>1.677</u>	<u>84.163</u>	<u>1.600</u>	<u>89.043</u>

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$287.546 (R\$441.163 em 2015), conforme nota 26e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações, na rubrica de “Receitas com Operações de Crédito” no montante de R\$399.351 (R\$434.716 em 2015), conforme nota 19.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social no montante de R\$1.585.711 (R\$1.454.438 em 2015) está representado por 1.141.400.925 ações ordinárias (1.141.400.925 em 2015). Em 30 de novembro de 2015, a General Motors Holdings Participações Ltda., foi incorporada pela General Motors Investment Participações Ltda., que passou a deter a totalidade das ações de emissão do Banco.

Em 30 de abril de 2015, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado aumento de capital integralizando reserva de lucros, no montante de R\$70.481, o qual foi homologado pelo BACEN em 09 de junho de 2015.

Em 29 de abril de 2016, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$ 131.273 que foi homologado pelo Banco Central em 12 de julho de 2016.

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 01 de agosto de 2016 e 15 de dezembro de 2016, a Administração deliberou e aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, os quais foram liquidados em 02 de agosto de 2016, 21 e 22 de dezembro de 2016, no montante de R\$102.000 (R\$93.000 em 2015).

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2016 é de R\$191.660 (R\$209.595 em 2015).

A Administração propõe aumento de capital através da integralização de reserva de lucros no montante de R\$ 102.571 referente ao exercício social de 2016, a ser deliberado na próxima Assembleia Geral Ordinária.



BANCO GMAC S.A.

19. RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e no semestre findo em 31 de dezembro de 2016, foram reconhecidas no resultado receita de operações de crédito, conforme demonstrado:

	2º Semestre	2016	2015
Receita com operação de atacado	107.718	217.318	260.068
Receita com operação de varejo	694.718	1.421.169	1.526.393
Rendas com apropriação de subsídios (nota 17)	188.447	399.351	434.716
Total	<u>990.883</u>	<u>2.037.838</u>	<u>2.221.177</u>

20. DESPESAS DE PESSOAL

A partir de 01 de dezembro de 2015, os colaboradores registrados na GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda., prestadora de serviços do grupo Chevrolet Serviços Financeiros, foram transferidos para o Banco GMAC S.A., cessando a prestação de serviços de terceiros desta natureza, entre empresas. Tais despesas foram integralmente assumidas pelo Banco a partir desta data e passaram a ser reconhecidas como “Despesas de Pessoal”:

	2º Semestre	2016	2015
Despesas com proventos	34.429	62.726	2.920
Despesas com encargos sociais	11.951	26.300	2.419
Despesas de benefícios	9.814	17.651	1.220
Outras	351	626	68
Total	<u>56.545</u>	<u>107.303</u>	<u>6.627</u>

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição no semestre e exercício:

	2º Semestre	2016	2015
Comissões pagas às concessionárias (nota 9b)	67.856	147.599	188.607
Prestação de serviços de terceiros (nota 26e) (i)	-	-	97.808
Sistemas de processamento de dados	16.078	33.580	29.083
Serviços técnicos especializados	23.712	44.158	31.658
Propaganda e publicidade	8.413	13.193	20.926
Sistemas de comunicação	5.478	11.636	14.065
Serviços prestados de terceiros	11.193	22.195	27.374
Despesas com sistema financeiro	7.443	14.341	16.069
Despesas com seguros	389	1.364	1.351
Emolumentos pagos aos cartórios	10.059	20.054	22.860
Amortizações e depreciações	1.333	2.648	2.066
Outras	8.714	17.470	16.336
Total	<u>160.668</u>	<u>328.238</u>	<u>468.203</u>

(i) Refere-se à prestação de serviços de terceiros realizada pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda. (nota 26e), encerrada em 01 de dezembro de 2015, conforme detalhado na nota 20.



22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras receitas operacionais” apresentava a seguinte composição no semestre e exercício:

	2º Semestre	2016	2015
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais e Impostos a Compensar	34.690	76.670	65.678
Recuperação de despesas	2.191	8.653	7.473
Reversão de provisão fiscal (i)	-	5.056	1.633
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	10.924	13.969	1.855
Outros	3.686	4.542	4.128
Total	51.491	108.890	80.767

- (i) Refere-se substancialmente à baixa do valor remanescente da reserva de um processo relacionado ao REFIS, com o reconhecimento de benefício no valor de R\$ 4.785 sobre saldos anistiados. Em 2015 refere-se substancialmente à reversão de provisão para contingências fiscais de PIS no montante de R\$1.589, sobre a discussão de alargamento de base e em virtude do valor ter atingido a decadência antes da autuação da Receita Federal.

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras despesas operacionais” apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre	2016	2015
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	28.769	64.057	55.287
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	20.669	35.770	28.664
Despesa com juros e cobrança	13.256	24.091	18.940
Despesas com incentivos culturais	665	665	710
Despesas com partes relacionadas (nota 26e)	2.653	12.272	17.878
Despesas com juros e multas	175	215	314
Outras	2.917	5.072	6.551
Total	69.104	142.142	128.344

24. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R\$75.980 (R\$102.201 em 2015).

25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Despesas Tributárias” apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre	2016	2015
COFINS	17.636	34.399	37.298
PIS	2.866	5.590	6.061
ISS	3.574	6.912	7.062
OUTROS	137	1.443	1.602
Total	24.213	48.344	52.023



26. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de Abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

b) Benefícios de Curto Prazo

	<u>2º Semestre</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e Honorários da Diretoria Executiva Remuneração fixa	2.036	3.291	2.578
Remuneração variável	147	998	519
Outras	260	260	784
Total	<u>2.443</u>	<u>4.549</u>	<u>3.881</u>

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme previsto na Lei 4.595/64, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.



e) Transação com partes relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos exercícios, podem ser resumidos como segue:

	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receita (despesas)	Ativo (passivo)	Receita (despesas)
<u>Partes relacionadas</u>				
<u>General Motors do Brasil Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	31.014	-	60.598	-
Rendas de prestação de Serviços	-	15.948	-	15.948
Outras obrigações – Diversas (nota 14)	(65.217)	-	(11.487)	-
Resultado de exercícios futuros (nota 17)	(287.546)	399.351	(441.163)	434.716
<u>GMAC Prest. de Serviços de Mão-de-obra Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	-	-	1.864	-
Captações em depósitos a prazo	(5.988)	(729)	(6.327)	(3.577)
Prestação de Serviços (nota 21)	-	-	-	(97.808)
<u>GM Administradora de Bens Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	42	-	17	-
<u>Empresas controladas</u>				
<u>GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	941	-	17	-
Captações em depósitos a prazo	(360.056)	(37.654)	(100.965)	(9.367)
Receita de prestação de serviços	-	11.085	-	-
<u>GMACI – Corretora de Seguros Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	562	-	-	-
Captações em depósitos a prazo	(61.657)	(6.496)	(37.764)	(4.133)
Receita de prestação de serviços	-	6.617	-	-
<u>Controladora</u>				
<u>General Motors Financial Inc.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	21.799	-	9.209	-
Outras despesas operacionais (nota 23)	-	(12.272)	-	(17.878)
Receita de prestação de serviços	-	5.750	-	-
<u>General Motors Investment Participações Ltda.:</u>				
Captações em depósitos a prazo	(4.824)	(266)	(7.062)	(99)

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS / anistia lei nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 31 de dezembro de 2016, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$ 242.591 (R\$ 241.671 em 2015), sendo R\$ 58.018 (R\$ 58.018 em 2015) de principal, R\$ 523 (R\$ 523 em 2015) de multas e R\$ 184.050 (R\$ 183.130 em 2015) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a conseqüente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a conseqüente destinação dos depósitos pelos juízes responsáveis.



b) Alteração na legislação fiscal

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/15, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

Foi editado o Decreto 8.426/2015 que majorou a alíquota das contribuições sociais do PIS e da Cofins de zero para 0,65% e 4%, respectivamente, aplicável às pessoas jurídicas não financeiras, incidente sobre as receitas financeiras, incluindo aquelas decorrentes de operações de hedge e excluídas as variações cambiais de exportação e passivos cambiais. As novas alíquotas se aplicam no caso das pessoas jurídicas que apuram as referidas contribuições pelo regime não cumulativo e estão vigentes a partir de 1 de julho de 2015.

28. ÍNDICE DA BASILÉIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 31 de dezembro de 2016 foi de 16,36%.

Título / Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	62.372	12.474	1.232
Risco reduzido - 75%	7.333.869	5.500.402	543.165
Risco reduzido - 100%	2.128.740	2.128.740	210.213
Risco reduzido - 250%	161.083	402.707	39.767
Risco reduzido - 300%	71.093	213.278	21.061
Sub Total 1	<u>9.757.157</u>	<u>8.257.601</u>	<u>815.438</u>
Parcela para cobertura de Risco Operacional	1.449.452	1.449.452	143.133
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	61	61	6
Sub Total 2	<u>1.449.513</u>	<u>1.449.513</u>	<u>143.139</u>
Total	<u>11.206.670</u>	<u>9.707.114</u>	<u>958.577</u>
Patrimônio de referência			1.587.872
Índice de Basileia			16,36%



INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado GMAC (neste documento denominado, simplesmente, Grupo GMAC) foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas do Banco GMAC S.A., e atua como único para o Consolidado Econômico-Financeiro do Grupo GMAC. Na reunião realizada em 22 de março de 2017, foram aprovadas as matérias objeto do Relatório do Comitê de Auditoria e o seu respectivo Resumo, estando a íntegra do Relatório à disposição do Banco Central do Brasil na sede da Instituição.

ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê reuniu-se com o propósito de analisar as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 31 de dezembro de 2016, previamente recebidas, assim como examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Com relação às atividades e informações do segundo semestre de 2016, o Comitê destaca os seguintes temas:

a) Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, referentes à data base – 31 de dezembro de 2016, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias e áreas de riscos e controles internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras do Grupo GMAC, recomendando sua aprovação pelo corpo diretivo, para a data-base de 31 de dezembro de 2016

b) Avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos

O Comitê ressaltou que reconhece o esforço de melhoria contínua proposto pela Administração e a aplicação das melhores práticas de mercado no que tange à Governança Corporativa, bem como com relação às melhorias dos Controles Internos e ao comprometimento com a transparência.

O Comitê recebeu informações acerca das atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos, regulamentadas na forma da Instrução CVM 505. O Comitê realizou a análise do conteúdo do relatório datado de 31 de janeiro de 2017 e o aprovou sem ressalvas.

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, o Relatório Semestral de Ouvidoria.

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas e alterações, a Política que rege o Comitê de Auditoria, que atende à Resolução 3198 do CMN.

c) Validação da efetividade das Auditorias Independente e Interna

O Comitê considera que as Auditorias Independente e Interna vêm desenvolvendo seu trabalho de maneira satisfatória, adequado à complexidade e porte da instituição.

O Comitê mantém com os Auditores Independentes um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

O Comitê acompanha o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio de reuniões periódicas, com as apresentações das respectivas recomendações e aprovou o plano de auditoria proposto relativo ao exercício de 2016.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados ao Comitê nas sessões de trabalho não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização de maneira significativa.

d) Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores Independentes e Internos

As recomendações em aberto dos Auditores Independentes e Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores, foram apresentadas e discutidas pelos membros, que avaliaram os cronogramas propostos e os cumprimentos das recomendações como satisfatórios.

e) Avaliação dos estudos técnicos para realização de créditos tributários



BANCO GMAC S.A.

O Comitê examinou os estudos para realização de créditos tributários do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, conforme item II, parágrafo 2º, do artigo 1º da Circular nº. 3.776/15.

Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras e contábeis individuais e do Conglomerado Prudencial do Grupo GMAC, para a data-base de 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 22 de março de 2017.

O Comitê de Auditoria



À Administração e Acionistas do
Banco GMAC S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GMAC S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GMAC S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações de arrendamento mercantil, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela Governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GMAC S.A.

ANOTAÇÕES

Empty space for notes.



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS